



# JORNAL OFICIAL

## Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso



### Índice

Prefeitura Municipal de Comodoro .....	3
Prefeitura Municipal de Nobres .....	3
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes .....	3
Prefeitura Municipal de Tesouro .....	4

## APRESENTAÇÃO

### DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2021/2023

**Presidente de Honra:** José Eduardo Botelho

**Presidente:** Neurilan Fraga (PL) - Ex-prefeito de Nortelândia

**Primeiro Vice-Presidente:** Janailza Taveira Leite (Solidariedade) - prefeita de São Félix do Araguaia

**Segundo Vice-Presidente:** Marcelo de Aquino (PL) - prefeito de General Carneiro

**Terceiro Vice-Presidente:** Marilza Augusta de Oliveira (MDB)- prefeita de Nova Brasilândia

**Quarto Vice-Presidente:** Edu Laudi Pascoski (PL)- prefeito de Itanhangá

**Quinto Vice-Presidente:** Valdecio Luiz da Costa (PL)- prefeito de Dom Aquino

**Secretário Geral:** Daniel Rosa do Lago (PDT) - Prefeito de Porto Alegre do Norte

**Primeiro Secretário:** Leocir Hanel (PSDB) - prefeito de Nobres

**Segundo Secretário:** José Guedes de Souza (MDB) - prefeito de Rondolândia

**Tesoureiro Geral:** Silmar de Souza Gonçalves (DEM) - prefeito de Nossa Senhora do Livramento

**Primeiro Tesoureiro:** Alex Steves Berto (Solidariedade) - prefeito de Rosário Oeste

**Segundo Tesoureiro:** Altamir Kurten (PSDB) - prefeito de Cláudia

**Conselho Fiscal:**

**1º** Jacob Andre BringsKen (MDB) - prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade

**2º** Márcio Conceição Nunes de Aguiar (PSB) - prefeito de Cocalinho

**3º** Jadilson Alves de Souza (Republicanos) - prefeito de Curvelândia

**Suplentes Fiscais:**

**1º** Héctor Alvares Bezerra (PSL) - prefeito de Mirassol D'Oeste

**2º** Ederson Figueiredo (PP) - prefeito de Arenápolis

**3º** Julio Cesar dos Santos (MDB) - prefeito de Apiacás

**Gerente de Comunicação**

Malu Sousa

**Responsável pelo Jornal Oficial AMM**

Noides Cenio da Silva

(65) 2123-1200 - (65) 9 9931-8446

Entre em Contato: [jornaloficial@amm.org.br](mailto:jornaloficial@amm.org.br) (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso  
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO****COVID-19: AVISO DE DISPENSA 001/2022****PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO****DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2022**

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através da Presidente da Comissão de Licitação **JOSÉ OLIVEIRA FALCÃO**, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO – **EDITAL nº 001/2022**, tendo como objeto: **AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA ATENDER O COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID 19)**, cuja abertura ocorrerá às **10:00** horas do **dia 26/01/2022**, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 – Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: [www.comodoro.mt.gov.br](http://www.comodoro.mt.gov.br). Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com a Presidente/Equipe de Apoio das 8:00 às 12:00 horas.

Comodoro – MT, 25 de Janeiro de 2022

**JOSÉ OLIVEIRA FALCÃO**

Presidente da Comissão

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES****LICITAÇÃO****COVID-19: AVISO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2022**

**Modalidade:** DISPENSA nº 01/2022. **Interessada:** Prefeitura Municipal de Nobres – MT. **Objeto:** *Aquisição de Teste Rápido de Covid para atender as necessidades da população do Município de Nobres/MT*. **Favorecido:** CMC PROD. HOSPITALARES LTDA-ME, inscrita no CNPJ. 134.703.840/0001-58. **Valor Global:** R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais). **Fundamento Legal:** Artigo 75, inciso II da Lei 14.133 de 2021. Ratificamos a Dispensa de licitação nº 01/2022, em consonância com o parecer jurídico nº 001/2022.

Nobres, 25 de janeiro de 2022.

Hemily Natalye Alves Pereira

**Presidente da CPL**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES****JURIDICO****COVID-19: DECRETO Nº 023/2022**

**SÚMULA:** “DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO PELA COVID-19 (NOVO CORONAVÍRUS), A SEREM ADOTADAS PELO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

**CÉSAR AUGUSTO PERIGO**, Prefeito do Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e;

**CONSIDERANDO** a necessidade de garantir segurança jurídica às atividades privadas essenciais à saúde, segurança e sobrevivência da população, da atividade econômica, sem prejuízo da manutenção das medidas sanitárias preventivas à disseminação do Novo Coronavírus (COVID-19);

**CONSIDERANDO** a Lei nº 13.979/2020, que “Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

**CONSIDERANDO** a competência dos Municípios prevista no art. 23, inciso I da Constituição Federal de 1988 e decisão do STF;

**CONSIDERANDO** que o boletim epidemiológico diário do Município de Nova Bandeirantes/MT de Coronavírus/COVID19, atualizado em 24 de janeiro de 2022, apurou que o Município se encontra com 313 casos positivos.

**CONSIDERANDO** a constante e necessária reavaliação do cenário da Pandemia no território do Município, que está em crescimento:

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Este Decreto dispõe sobre medidas temporárias de prevenção e enfrentamento ao aumento da propagação do novo Coronavírus (COVID-19) e estabelece ações profiláticas no atendimento à população, ao comércio, prestadores de serviço de outras atividades, a partir da data de sua publicação, no âmbito do município de Nova Bandeirantes-MT.

**Art. 2º.** O funcionamento de **TODAS** as atividades e serviços ficará sujeito à Legislação Municipal vigente, em especial artigo 203 e seguintes da Lei Municipal 026/1993, que dispõe sobre o Código de Postura do Município de Nova Bandeirantes/MT.

**Art. 3º.** Para evitar a propagação do Coronavírus (COVID-19) no âmbito do município de Nova Bandeirantes, por meio de seus órgãos e entidades, atuará de forma interligada com a população, desenvolvendo as atividades obedecidas as seguintes condições:

I. - As práticas de eventos de qualquer categoria e em qualquer atividade comercial, com show e/ou música ao vivo estão expressamente proibidas, no âmbito do Município de Nova Bandeirantes/MT; II. - Festas de qualquer natureza – exemplo: festas de casamento, aniversário, etc - estão expressamente proibidas, no âmbito do Município de Nova Bandeirantes/MT. III. Ficam paralisados quaisquer torneios desportivos.

**Art. 4º.** Todos os estabelecimentos devem observar os protocolos de saúde e as normas sanitárias, tais como:

I.- Distanciamento mínimo necessário entre as pessoas; II.- Utilização de máscaras; III.- Assepsia dos utensílios e produtos ofertados no estabelecimento; IV. - Disponibilização de materiais de higienização (álcool na concentração de 70% e/ou água e sabão); V. - Ampliar a frequência diária de limpeza e desinfecção de locais frequentemente tocados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual e outros; VI. - Controlar o acesso de modo a garantir o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas; VII.- Manter os ambientes arejados por ventilação natural; VIII. - Evitar circulação de pessoas pertencentes ao grupo de risco, conforme definição do Ministério da Saúde; IX. - Observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividade exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público. **Art. 5º. Fica instituído no Município, toque de recolher a partir do dia 26 de janeiro de 2022, a partir das 23:00h até 05:00h, todos os dias da semana, inclusive aos sábados, domingos e feriados.**

**Art. 6º.** Encerramento do funcionamento dos bares, restaurantes e lanchonetes, fica obrigatoriamente sujeitas as regras do Art. 5º deste Decreto.

§ 1º. O funcionamento de serviços na modalidade delivery de restaurantes e congêneres, fica autorizado somente até 23:00 horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

**Art. 7º.** Fica instituído o Comitê de Enfretamento ao Novo Coronavírus, com a finalidade de coordenar as ações do Poder Público Municipal, visando o combate à disseminação do COVID-19 no Município de Nova Bandeirantes.

**Art. 8º.** O Comitê de Enfretamento ao Novo Coronavírus é constituído pelos seguintes membros:

- Prefeito - Cesar Augusto Perigo; - Presidente da Câmara de Vereadores do Município - João Ribeiro Torres; - Secretária da Assistência social - Ana

Paula Otenio Perigo; - Secretário de Saúde - Jair **Habowski**; - Assessor Jurídico – Dr. Rodrigo Manfroi da Rosa - Secretário de Educação - Wagner Rosa Ribeiro; - Secretária de Finanças - Regina de Souza Mendonça; - 1 (um) Representante da Vigilância em Saúde, indicado pelo Secretário Municipal de Saúde.- Neliza Neiverth; - Diretor do Hospital Municipal - **Vilma Amorim**; - Enfermeira Responsável Ala Covid – Maikon Hoffmann; - Representante da Vigilância Sanitária - Edneldes Ribeiro Marcolino; - Representante da Vigilância Ambiental - Ednaldo Florentino de Melo; - Presidente do Conselho Municipal de Saúde – Elisa Machado Siqueira; - 1 (um) representante do Polícia Militar - Ten. **PM**. Manoel Junior Campos Rodrigues; 1 (um) representante da Polícia Civil – Doripes Dedis Alves de Jesus.

**§1º** O Comitê a que alude esse dispositivo será presidido pelo Prefeito, devendo ser substituído em suas ausências e impedimentos pelo Secretário Municipal de Saúde.

**§2º** O Comitê se reunirá, de forma ordinária, semanalmente, para fins de deliberação e acompanhamento das ações e medidas aplicadas e extraordinariamente sempre que devidamente convocado pelo Prefeito.

**Art. 9º.** Compete ao Comitê de Enfrentamento ao Novo Coronavírus (COVID-19):

I. - Planejar, coordenar e controlar as medidas de prevenção e enfrentamento ao contágio do Novo Coronavírus (COVID-19) no Município; II. - Realizar reuniões e explanações aos servidores públicos municipais cujas funções demandem atendimento ao público para o esclarecimento de ações e medidas de profilaxia a serem observadas, visando a evitar a proliferação do COVID-19; III. - Acompanhar todas as medidas de prevenção e combate ao contágio do Novo Coronavírus (COVID-19) a serem adotadas pelos órgãos e entidades do Município; IV. - Adotar todas as medidas necessárias com o fito de cumprir o disposto neste Decreto, podendo, inclusive, convocar servidores públicos municipais para o auxílio no que for necessário.

**Art. 10º.** Fica determinada a obediência pelas Unidades de Saúde Pública do Município ao Fluxograma e Protocolo Oficial de Atendimento expedido pelo Governo do Estado de Mato Grosso – Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública – COE COVID-19.

**§ 1º.** Fiscalizar os laboratórios públicos e privados, que confirmarem a doença COVID-19, para imediatamente informar as autoridades sanitárias do Município.

**§ 2º.** Em caso de paciente testado positivo para o Novo Coronavírus (COVID-19) deverão cumprir o isolamento preconizado pelo Ministério da Saúde.

**§3º.** O isolamento dos casos suspeitos de COVID-19, segue o protocolo definido pelo Ministério da Saúde.

**Art. 11º.** Os processos administrativos, incluindo os de pagamento referentes aos assuntos relacionados ao enfrentamento do Novo Coronavírus (COVID-19) de que trata este Decreto tramitarão em regime de urgência e prioridade em todos os órgãos e entidades do Município.

**Art. 12º.** Para a operacionalização da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19), deverá ser observada a regulamentação do Ministério da Saúde, realizada por meio da Portaria nº 356, de 11 de março de 2020.

**Parágrafo único.** As exceções à operacionalização previstas na norma de que trata o caput deste artigo deverão ser avaliadas e autorizadas pelo Secretário Municipal de Saúde.

**Art. 13º.** Em caso de descumprimento do presente decreto, as autoridades poderão, impor as penalidades previstas no artigo 10 da Lei Federal nº 6.437 de 20 de agosto de 1977, e conduzir o autuado à Delegacia de Polícia Civil, pela prática de crime contra a saúde pública, nos termos do artigo

268 do Código Penal, com pena de detenção de até um ano, além da multa.

**Art. 14º.** Fica revogado as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal 021/2022.

**Art. 15º.** Durante a vigência do presente decreto, casos omissos serão observados o Decreto Estadual nº 1134 de 01 de outubro de 2021.

**Art. 16º.** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Bandeirantes - MT, 25 de janeiro de 2022.

**CÉSAR AUGUSTO PERIGO**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOIRO

### COVID-19: DECRETO 103

#### DECRETO MUNICIPAL Nº 103/2022, DE 24 DE JANEIRO DE 2022.

*“Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (2019-ncov) a serem adotados pelo executivo do Município de Tesouro/MT, e dá outras providências”.*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE TESOIRO/ESTADO DE MATO GROSSO, Sr. JOÃO ISAACK MOREIRA CASTELO BRANCO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 36, inciso I à XII, da Lei Orgânica Municipal;**

**CONSIDERANDO as proposições exaradas pelo Comitê Municipal de Gestão, Prevenção, Orientação e Enfrentamento ao COVID-19 nomeados pelo Decreto nº. 51 de 28 de janeiro de 2021;**

**CONSIDERANDO** que o artigo 196 da Constituição Federal reconhece a saúde como um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

**CONSIDERANDO** que o Supremo Tribunal Federal no bojo da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF nº 672 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade ADIn nº 6.341, reafirmou a competência concorrente da União, Estados e Municípios para legislar sobre normas que cuidem da saúde, para dirigirem o sistema único e executarem ações de vigilância sanitária e epidemiológica;

**CONSIDERANDO** o disposto na Súmula Vinculante nº 38, que fixa a competência aos municípios de definirem o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, bem como o art. 30, I, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** a necessidade de intensificar as ações fiscalizatórias em estabelecimentos comerciais pela Vigilância Sanitária e pela Polícia Militar, bem como de coibir as atividades e condutas incompatíveis com as ações de combate à pandemia da COVID19 no Município;

**CONSIDERANDO** a necessidade de atualização das medidas de enfrentamento à pandemia em curso, principalmente pelo retorno do aumento de casos de contaminação pelo coronavírus novamente em nossa cidade:

#### DECRETA:

**Art. 1º** Como forma de controle à proliferação do Novo Corona vírus ficam pacificadas ou inseridas as seguintes medidas:

**I.** Fica proibido o funcionamento de qualquer estabelecimento que possua atendimento presencial no período compreendido entre as 21:00 horas até às 05:00 horas do dia seguinte (horário local), em todos os dias da semana, com exceção dos serviços essenciais como farmácias, postos de combustíveis, consultórios médicos e odontológicos.

**II.** Todos os estabelecimentos, de qualquer natureza, público ou privado (comercial, industrial, de serviços, religiosos e outros), terão sua capacidade de ocupação reduzida a 50% (cinquenta por cento), com ênfase a man-

ter o distanciamento de 2,0m (dois metros) entre os seus frequentadores. Nos locais onde o atendimento é oferecido em mesas, observar-se-á o distanciamento de 02 (dois) metros entre uma e outra, limitando a 03 (três) pessoas por mesa.

**III.** Será obrigatório, nas entradas de todos os estabelecimentos, em local visível, a manutenção de álcool 70% para a higienização das mãos dos clientes.

**IV.** Os estabelecimentos em que houver a necessidade de utilização de “carrinhos de compra” ou “cestas” deverão proceder à higienização destes equipamentos no início e ao final de cada utilização pelo cliente, com álcool 70% e papel toalha.

**V.** Fica proibido, por parte de qualquer estabelecimento, público ou privado, o atendimento de pessoas sem a utilização de máscara de proteção facial.

**Parágrafo único.** No caso do descumprimento das medidas restritivas sujeita as pessoas físicas ou, os representantes das pessoas jurídicas infratoras à aplicação das sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis pelas autoridades policiais, sanitárias e fiscais do município.

**Art. 2º** Fica ainda proibida à aglomeração de pessoas em locais públicos e privados, como *bares, ruas, avenidas, praças, beira rio (área do Festival de Praia de Tesouro e Batovi), cachoeiras, luau e outros.*

**Art. 3º** Fica proibido em áreas públicas do território municipal o uso de som automotivo exceto a serviço de utilidade pública.

**Art. 4º** Fica proibido qualquer tipo de esporte coletivo, como futebol, vôlei, etc.

**Art. 5º** Fica ainda proibida à realização de festas públicas e particulares em todo o território do Município de Tesouro e seus Distritos.

**Art. 6º** É obrigatória à utilização de máscaras de proteção facial para todas as pessoas em locais públicos, principalmente onde houver aglomeração de pessoas.

**Art. 7º** Fica recomendado que os velórios tenham no máximo 12 (doze) horas de duração e frequentado preferencialmente pelos membros da família da pessoa falecida.

**Art. 8º** Fica obrigatório o isolamento domiciliar dos suspeitos de infecção pelo Covid-19, até que seja informado o resultado definitivo do exame pela equipe responsável.

**Art. 9º** Fica proibido compartilhamento de quaisquer adereços como, narigüel, chimarrão, tereré e afins.

**Art. 10º** Qualquer cidadão que dissemine *fake News* sobre dados do Corona vírus, estará sujeito às implicações legais.

**Art. 11º** Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir do dia 24/01/2022, com vigência até 08/02/2022.

**Art. 12º** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 13º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito Municipal.**

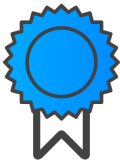
**Em 24 de janeiro de 2.022.**

---

**JOÃO ISAACK MOREIRA CASTELO BRANCO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Esse documento foi assinado por



<b>Signatário</b>	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
<b>Data/Hora</b>	Wed Jan 26 16:52:55 UTC 2022
<b>Emissor do Certificado</b>	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
<b>Número Serial.</b>	1170115676103352402
<b>Método</b>	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sh1 (Adobe Signature)